



## RECOMENDAÇÃO

## PELO DIREITO À MOBILIDADE DOS MORADORES DA RUA DAMASCENO MONTEIRO

A rua Damasceno Monteiro, apenas de sentido ascendente, inicia-se na Graça terminando na rua Maria da Fonte, pertencendo a maior parte da sua extensão de 900 metros, e com um declive muito acentuado, à Freguesia dos Anjos. Paralela à Angelina Vidal, a qual é percorrida nos dois sentidos por 4 carreiras de autocarros (Nº 726, Nº 30, Nº12 e Nº34) e pela carreira 28 de eléctricos, não é servida por qualquer transporte da Companhia CARRIS.

A Damasceno Monteiro é percurso diário de camiões do lixo, de distribuição de mercadorias (cerveja, hipermercados) de muito maior volume do que o autocarro da carreira 34.

Os moradores são, na maior parte, idosos com dificuldades na mobilidade e as paragens de transporte público situam-se na rua Maria da Fonte, na Angelina Vidal, cerca de 100 metros adiante, na rua da Graça (2 paragens) e no Largo da Graça). A distância ao troço mais íngreme da Damasceno Monteiro, que só pode ser percorrida a pé, é superior a 400 metros.

Um grupo de moradores promoveu um abaixo-assinado onde foram recolhidas mais de duas centenas de assinaturas, solicitando à administração da CARRIS (com cópia enviada à Câmara Municipal de Lisboa e à Junta de Freguesia dos Anjos), que disponibilizasse um autocarro para a artéria Damasceno Monteiro. Este documento foi entregue pelos três primeiros subscritores, na Administração da Companhia. Menos de 48 horas depois, foi enviada a resposta da administração, recusando qualquer provimento ao solicitado, recusa sustentada em argumentação que, consideram os subscritores, não ter razoabilidade. Porquanto:

A "geometria" da rua comporta veículos de incomparável maior porte que por aí transitam diariamente.

A "assimetria" entre a Angelina Vidal e a Damasceno Monteiro, um dos fundamentos da negação, seria atenuada com um autocarro que no sentido ascendente a servisse, e não acrescida.

A distância de qualquer paragem de autocarro ou eléctrico, que na resposta da CARRIS, é fácil de percorrer, não só é maior, como é difícil de realizar em tempos chuvosos como em períodos de canícula, designadamente por idosos ou por pessoas com reduzida mobilidade.

Assim, considerando que "Não, porque Não", é inaceitável em qualquer circunstância e por maioria de razão, numa sociedade democrática, além de que a CARRIS ainda não é uma Companhia Majestática, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão ordinária a 26 de Junho de 2012 delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que promova a reunião prometida há mais de quarenta dias com o senhor vereador do pelouro da mobilidade e infra-estruturas viárias, tendo por único objectivo encontrar a solução desta carência naquela artéria da Freguesia dos Anjos.

Pelo Grupo Municipal do PCP



## RECOMENDAÇÃO

### Medidas para o bom funcionamento do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica da CML

Na sequência de um abaixo-assinado em que 109 trabalhadores do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica da CML (Olivais 2) expuseram diversas questões relacionadas com o DRMM e com a Divisão de Manutenção, entregue pelo STML na Assembleia Municipal e distribuída pelos Grupos Municipais, realizámos uma reunião com representantes do Sindicato e dos subscritores do documento na Assembleia Municipal.

Depois dessa reunião, face aos problemas levantados sobre a situação do DRMM, efectuámos uma visita aos serviços, informando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador José Sá Fernandes e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Nessa visita fomos acompanhados por representantes do STML, pelo representante dos trabalhadores na Comissão de Higiene e Medicina do Trabalho e pelos dirigentes do Departamento, o Senhor Director e a Senhora Chefe de Divisão.

Informamos agora a Assembleia Municipal acerca dos resultados dessa visita, identificando os problemas que já tinham sido referidos no abaixo-assinado enviado à Assembleia Municipal:

**Carpintaria** – foi criada por necessidade de reparações quando, no passado, os carros estavam equipados com peças de madeira. Hoje fazem a recuperação de móveis para toda a Câmara e conta com 8 trabalhadores.

Há problemas no piso, identificados desde 2008 pela Autoridade para as Condições de Trabalho, pouca ventilação, problemas na aspiração das máquinas, já antigas. Iluminação muito alta para as necessidades do trabalho.

**Balneário** – Utilizado por 250 trabalhadores, tem problemas graves de escoamento das águas dos chuveiros, o que provoca infiltrações no andar de baixo, com as paredes exteriores completamente degradadas.

Segundo informações do Director do Departamento têm preparado o processo para adjudicação de várias obras, incluindo as do balneário, no valor de 85.000 € e que já constam em orçamento.

**Oficinas** – Foram colocados vários problemas como os de trabalhos feitos exteriormente, resultado da falta de investimento e, em certos casos, de mão-de-obra por parte da CML.

Há 11 secções oficiais (123 trabalhadores e 20 no armazém) e um projecto de cobertura de parte das instalações, ao ar livre, que não avança " por dificuldade de verbas ". Esta solução permitiria ampliar as instalações e equipá-las com novas tecnologias.

Há dificuldades de ventilação na serralharia civil e na secção de bate-chapas e necessidade de adaptação de certas áreas para as viaturas a gás, apesar da formação já ministrada aos trabalhadores nesta área.

Também é necessário reforçar a ventilação e colocar mais extractores.

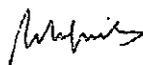
Foi também assinalada a importância de realização de testes audiométricos aos trabalhadores, devido sobretudo a sequelas mais antigas, quando a protecção não era obrigatória.

Assim, considerando os problemas acima enunciados, tais como a ausência de investimento em materiais (consumíveis) para o armazém de peças, a qualidade desde sempre reconhecida do trabalho realizado nas oficinas e os custos mais baixos quando as condições necessárias são criadas, o aumento da frota de viaturas e a necessidade de abertura de novos concursos, dado que há trabalhadores entretanto reformados, bem como a ausência de investimentos nas instalações, nos equipamentos e na formação dos trabalhadores, face à modernização da frota, o **Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Junho, decida:**

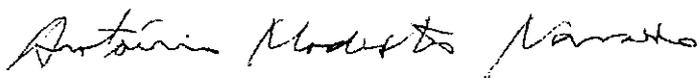
1. Recomendar à Câmara Municipal que avalie criteriosamente esta situação e estes problemas e que proceda às medidas necessárias para um bom e efectivo funcionamento dos serviços em causa e para a criação de condições de saúde, de bem-estar e de estímulo ao profissionalismo e à dedicação dos trabalhadores, que estão preocupados com a degradação evidenciada e com o futuro da Divisão de Manutenção do DRMM ao serviço do Município de Lisboa.
2. Solicitar à Câmara Municipal que informe a Assembleia Municipal de Lisboa acerca das medidas que pretende tomar para o bom funcionamento do DRMM.

Os Deputados do Grupo Municipal do PCP

Rita Magrinho



Modesto Navarro





Assembleia Municipal de Lisboa  
Grupo Municipal de "Os Verdes"

RECOMENDAÇÃO N.º 3

### *Recomendação*

#### **“Cartas de Equipamentos Culturais e de Equipamentos Sociais”**

Os equipamentos colectivos são elementos fundamentais na estruturação dos espaços urbanos e na promoção da coesão e inclusão social, pelo papel que desempenham na melhoria da qualidade de vida urbana e no bem-estar das populações. Na medida que constituem, por si só, marcos urbanos que polarizam os espaços envolventes e contribuem para a satisfação das necessidades básicas e primárias das populações que servem, bem como para a dinamização da economia e da vivência local onde se encontram.

As Cartas de Equipamentos Culturais e de Equipamentos Sociais, enquanto instrumentos de diagnóstico para o planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos, permitem dar uma visão mais global e integrada às necessidades de resposta coordenada nestes domínios, procurando tirar partido de eventuais sinergias de recursos e esforços entre os diversos agentes de desenvolvimento local.

Considerando a necessidade de promover um maior envolvimento, diálogo e cooperação entre todos os actores e agentes de desenvolvimento local no sentido de aperfeiçoar as redes de serviços e equipamentos tanto culturais como sociais existentes na cidade de Lisboa às necessidades futuras, bem como promover um planeamento e gestão integrada dos equipamentos de utilização colectiva com o intuito de rentabilizar os recursos disponíveis e prestar melhores serviços às populações.

Considerando a relevância dos equipamentos culturais no âmbito de respostas sociais que garantam o acesso universal à cultura e permita a satisfação de necessidades das populações nos domínios artístico, cultural e do lazer, e atendendo à importância da informação para o conhecimento e planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos Culturais e de Lazer.

Considerando a relevância dos equipamentos sociais no âmbito de respostas sociais que garantam a protecção social dos indivíduos e das famílias e atendendo à importância da informação para o conhecimento e planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta do Partido Ecologista “Os Verdes”, que a Câmara Municipal de Lisboa:

I – Proceda, no mais curto prazo de tempo, às diligências necessárias no sentido de elaborar uma Carta de Equipamentos Culturais para a cidade de Lisboa.

1/2

Partido Ecologista "Os Verdes" - <http://pev.am-lisboa.pt>  
Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14, P 3 - 1000-265 Lisboa  
Tel: 218 170 426 - Fax: 218 170 427 - E-mail: [aml.osverdes@cm-lisboa.pt](mailto:aml.osverdes@cm-lisboa.pt)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

1451

25. 6/12

FUNCIONÁRIO,



**Assembleia Municipal de Lisboa  
Grupo Municipal de “Os Verdes”**

2 – Proceda, no mais curto prazo de tempo, às diligências necessárias no sentido de elaborar uma Carta de Equipamentos Sociais para a cidade de Lisboa.

3 – E delibere ainda enviar esta recomendação às seguintes entidades:

- Centro Nacional de Cultura (CNC);
- Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo (DRCLVT);
- Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas;
- Instituto dos Museus e da Conservação;
- Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social;
- Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa;
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Cáritas Diocesana de Lisboa;
- Casa Pia de Lisboa;
- Fundação Inatel.

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de Junho de 2012

O Grupo Municipal de “Os Verdes”

*Cláudia Madeira*

Cláudia Madeira



Assembleia Municipal de Lisboa  
Grupo Municipal de "Os Verdes"

RECOMENDAÇÃO Nº 4

### *Recomendação*

#### **“Requalificação e Protecção dos Ascensores da cidade de Lisboa”**

A Carris – Transportes Públicos de Lisboa opera na cidade uma rede de 93 carreiras de autocarros e eléctricos, que é complementada com três ascensores e um elevador, que se encontram classificados como Monumentos Nacionais desde 2002, por decreto (DL n.º5/2002), aprovado em Conselho de Ministros a Novembro de 2011.

O ascensor do Lavra é o mais antigo da cidade de Lisboa, tendo sido inaugurado em Abril de 1884, trabalhando nesse mesmo dia durante 16 horas seguidas, fazendo o transporte gratuito de mais de 3 mil passageiros. Este ascensor realiza um percurso compreendido entre o Largo da Anunciada e a Rua Câmara Pestana, e possui uma importante vertente utilitária para a população, pois permite fazer a Calçada do Lavra, uma subida bastante íngreme de 188 metros, de uma forma mais cómoda para os habitantes da zona, possibilitando a estes uma chegada mais fácil à zona da Baixa de Lisboa.

Em Outubro de 1885, era inaugurado o segundo transporte do género implantado em Lisboa, o ascensor da Glória que é o mais movimentado da cidade, fazendo o percurso de 265 metros entre a Praça dos Restauradores e o Bairro Alto, sendo tanto utilizado por moradores da zona, como por turistas. O ascensor da Bica inaugurado em Junho de 1892, foi o terceiro e último do seu tipo a ser construído em Lisboa, cujo trajecto inicia num prédio setecentista na Rua de São Paulo, até ao Largo do Calhariz. A curta viagem proporciona uma vista ímpar sobre o rio, ao mesmo tempo que atravessa um bairro com características populares e tipicamente lisboetas.

Considerando que estes históricos ascensores têm frequentemente sido alvo de acções de vandalismo, as quais compreendem pinturas de graffitis, tanto nos próprios ascensores como nas fachadas dos prédios que os circundam, bem como, recorrentemente se encontram avariados e com uma prolongada falta de manutenção;

Considerando que estes ascensores, pelas suas características únicas foram considerados em 2002, Monumentos Nacionais o que lhes confere um grau máximo de protecção patrimonial, representando ainda um “*ex-libris*” da cidade e que permite um acesso aos seus mais diversos locais de interesse histórico;

Considerando por fim, que os ascensores históricos de Lisboa representam não só uma mais-valia para a cidade em termos turísticos, mas que também contribuem para a mobilidade das populações que habitam naqueles bairros;

1/2

Partido Ecologista "Os Verdes" - <http://pev.am-lisboa.pt>  
Assembleia Municipal de Lisboa, Av. de Roma, nº 14. P 3 - 1000-265 Lisboa  
Tel: 218 170 426 - Fax: 218 170 427 - E-mail: [aml.osverdes@cm-lisboa.pt](mailto:aml.osverdes@cm-lisboa.pt)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

ENTRADA 1452

DATA 25. 6. 12

Funcionário,



**Assembleia Municipal de Lisboa  
Grupo Municipal de "Os Verdes"**

Neste sentido, na sequência da presente proposta do **Partido Ecologista "Os Verdes"**, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera recomendar que:

1 – A Câmara Municipal de Lisboa exija junto da Carris – Transportes de Lisboa para esta proceda à devida e necessária requalificação e manutenção dos ascensores históricos da cidade, defendendo a sua protecção contínua como monumentos nacionais que representam;

2 – A autarquia reúna esforços entre a Carris – Transportes de Lisboa e a Associação de Turismo de Lisboa (ATL), e que em conjunto, encontrem soluções para este problema, melhorando assim as condições e a imagem destes ícones da cidade de Lisboa;

E delibera ainda:

- Enviar a presente recomendação à Carris – Transportes de Lisboa, Associação de Turismo de Lisboa (ATL), e à Comissão de Utentes da Carris.

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de Junho de 2012

O Grupo Municipal de "Os Verdes"

*Cláudia Madeira*

Cláudia Madeira



*[Handwritten signature]*

**RECOMENDAÇÃO N.º**

**PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE 2013 NOS BAIROS MUNICIPAIS MAIS AFASTADOS E SEM VIDA CULTURAL ACTIVA AO LONGO DO ANO**

Considerando:

1. O já habitual nível de excelência que a cidade de Lisboa vem mantendo na oferta cultural da cidade nesta época do ano;
2. Que a EGEAC tem vindo a desempenhar um papel importantíssimo na revitalização da actividade cultural da cidade de Lisboa, tendo dado um impulso importante também nas “Festas da Cidade”;
3. Que as “Festas da Cidade” representam hoje, como sempre aconteceu, a vitalidade cultural genuína de uma cidade plena de contrastes, de bairros com características próprias que se complementam e se fundem, em momentos únicos dos quais todos os munícipes beneficiam;
4. Ainda que a cidade não se confina apenas aos seus bairros históricos e às zonas mais características e típicas;
5. Que Lisboa é uma cidade que se estende da Ameixoeira a Belém, com mais de 7 dezenas de Bairros Municipais, grande parte deles de intervenção prioritária, muitos dos quais em locais isolados e afastados do bulício da cidade onde, conseqüentemente, as Festas da Cidade não chegam lá.

**O Grupo Municipal do Partido da Terra, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 26 de Junho de 2012, delibere:**

Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que a EGEAC assuma o compromisso de realizar obrigatoriamente as Festas da Cidade de Lisboa, na edição de 2013, nos bairros municipais, nomeadamente naqueles que se encontram mais afastados e sem vida cultural activa ao longo do ano.

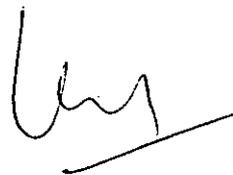
Lisboa, 26 de Junho 2012

Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,

O Deputado Municipal

*[Handwritten signature of António Arruda]*

-António Arruda-



**RECOMENDAÇÃO**

Considerando que do ponto de vista do património edificado, a Vila Dias na freguesia do Beato tem a importância histórica de uma vila operária do século passado.

Considerando que o desconhecimento, por parte da população, do verdadeiro proprietário, tem originado um abandono efectivo da preservação da Vila e a uma degradação acentuada dos fogos habitacionais com a respectiva diminuição da qualidade de vida dos moradores.

Considerando que a ausência constante por parte do proprietário tem criado condições para práticas menos lícitas, como arrendamentos ilegais por parte de indivíduos que se aproveitam do estado de abandono a que a vila está consagrada.

Considerando a importância histórica das Vila Operarias para do Património da cidade de Lisboa.

Considerando que o grupo Municipal do PSD tem realçado este problema em diversas Assembleias Municipais.

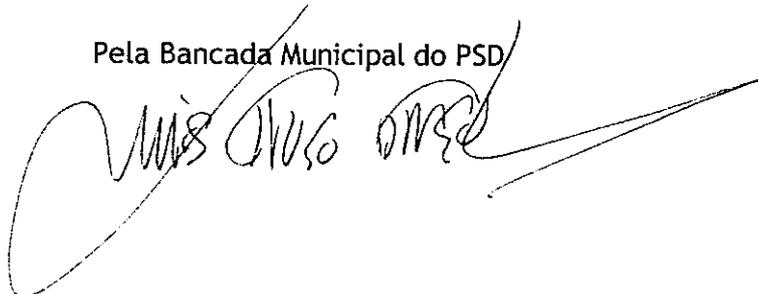
Considerando que estes problemas não têm tido o acompanhamento efectivo por parte da CML.

O grupo Municipal do PSD, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em Sessão Ordinária em 26 de Junho de 2012, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1- Promova todos os procedimentos necessários para identificar o proprietário desta vila operária no sentido de encontrar uma solução, conjunta ou coerciva, que promova a reabilitação deste espaço urbano, dignificando a sua memória e garantindo a sua preservação futura.

Lisboa, 25 de Junho de 2012

Pela Bancada Municipal do PSD





## RECOMENDAÇÃO

### Pela Dignificação da Praça da Figueira

Considerando que,

- i.) A Praça da Figueira é um espaço emblemático da cidade de Lisboa, remontando a sua importância histórica ao período anterior ao terramoto de 1755, onde até essa data estava sediado o Hospital de Todos os Santos.
- ii.) Com a reconstrução da zona, a praça transformou-se no principal mercado da cidade.
- iii.) A praça sofreu, ao longo do século XX e início do século XXI, várias alterações: a demolição, nos anos 50, do mercado coberto; a colocação, em 1971, da estátua de D. João I, da autoria de Leopoldo de Almeida; a inauguração, em 2001, do parque de estacionamento subterrâneo e remodelação da praça.
- iv.) Este local, no centro da cidade, é um marco do património histórico da cidade de Lisboa, fazendo parte do quotidiano dos lisboetas e sendo visitado, anualmente, por milhares turistas.
- v.) A Praça da Figueira encontra-se em mau estado de conservação, o que se traduz, nomeadamente, no sistema de iluminação encastrado no pavimento danificado, no derrube de vários pilaretes, no canal de drenagem da base da estátua de D. João I permanentemente coberto e entupido de lixo, nas garrafas partidas que permanecem, amiúde, vários dias no pavimento, no aumento de graffiti e tags no edificado e passeios da zona, ou na insalubridade resultante da acumulação, não raras vezes, de dejectos humanos.
- vi.) A qualidade da oferta turística também é avaliada pela forma como a CML mantém e preserva a dignidade dos espaços com esta relevância.

o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em Sessão Ordinária em 26 de Junho de 2012, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- a.) Proceda, com mais frequência, à conveniente limpeza e lavagem da Praça de Figueira, incluindo o canal de drenagem da base da estátua de D. João I.
- b.) Proceda, com rigor, ao levantamento do equipamento danificado (v.g. sistema de iluminação encastrado no piso e pilaretes derrubados) e o reponha com celeridade.
- c.) Proceda, com mais frequência, à fiscalização da normal utilização do espaço público emblemático que constitui a Praça da Figueira.

Lisboa, 25 de Junho de 2012

Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Lisboa

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Diogo de Bastos', written in a cursive style.

Diogo de Bastos



PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO

GRUPO MUNICIPAL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

**RECOMENDAÇÃO: Pela reposição e preservação dos candeeiros históricos do Terreiro do Paço**

Considerando que:

- O Terreiro do Paço é um dos locais mais emblemáticos de Portugal, um marco da cultura portuguesa, uma das maiores praças da Europa e um ponto turístico por excelência que transmite a História e o valor da portugalidade;
- O Terreiro do Paço é ainda hoje considerado a entrada nobre de Lisboa e um testemunho vivo de alguns episódios mais marcantes da nossa História;
- As diversas obras de renovação que a Sociedade Frente Tejo tem levado a cabo naquela zona, desvirtuando a arquitectura e o enquadramento histórico e artístico daquele monumento, a última das quais afectou gravemente o valor patrimonial daquela praça, ao substituir os antigos candeeiros históricos, datados das últimas décadas do séc. XIX, por candeeiros modernos, colocando em perigo a elevação da Baixa a Património Mundial;
- Os candeeiros anteriores eram obras de arte e de engenharia das últimas décadas do século XIX, em que a iluminação no Terreiro do Paço passou a ser feita a gás;
- As lanternas que encimavam os candeeiros foram substituídas nos anos 20 do século XX por um globo designado por “nabo”, cujos únicos exemplares mundiais originais só existiam em Lisboa e Paris;
- Sem qualquer justificação técnica ou justificação aos munícipes ou a esta Augusta Assembleia, que os representa, os candeeiros foram substituídos por modelos modernos que não se enquadram minimamente nem no monumento, nem na sua envolvente.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

ENTRADA N.º 1471

EM 25. 6/12

o Funcionário, PLM

- Nos outros países recupera-se e restaura-se o legado histórico dos seus povos, mantendo vivos os testemunhos da sua cultura, não compreendemos como em Lisboa, a capital do país com as fronteiras mais antigas da Europa, faz-se exactamente o contrário, esforçando-se por apagar essas referências que são património dos lisboetas e dos portugueses;
- As directivas internacionais da UNESCO pela Conservação e Restauro de Monumentos defendem a preservação dos sítios culturais na sua forma original e a sua circundante;
- A norma é a conservação dos monumentos e não a sua substituição por novos modelos. O valor histórico e cultural de um sítio refere-se não só a um edifício em si, mas também o seu enquadramento físico, histórico e cultural;
- Os candeeiros históricos do Terreiro do Paço fazem parte desse enquadramento como o testemunho que são do engenho do séc. XIX e um marco da expressão artística daquela época;
- As diversas manifestações de desagrado de cidadãos e movimentos cívicos da nossa cidade contra as obras que têm sido efectuadas e nomeadamente contra a substituição dos candeeiros históricos do Terreiro do Paço;

O Grupo Municipal do PPM vem propor a esta digníssima Assembleia que, na sua reunião ordinária de 26 de Junho de 2012, delibere:

- 1- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que reponha no seu devido local os candeeiros históricos do Terreiro do Paço que já foram substituídos e que cesse a implantação de novos candeeiros que nada têm a ver com a estética e a História do Terreiro do Paço;
- 2- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que explique à Assembleia Municipal de Lisboa a razão das mudanças efectuadas no Terreiro do Paço;

3- Enviar esta recomendação a:

- Ao Exm.o Senhor Presidente da República
- Ao Exm.o Senhor Primeiro-Ministro
- Ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Cultura
- Ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- À Associação Turismo de Lisboa

Grupo Municipal PPM  
Lisboa, 26 de Junho de 2012

Pelo Grupo Municipal do PPM

A handwritten signature in black ink, reading "Aline Hall". The signature is written in a cursive style with a long horizontal stroke extending to the right.

Aline Gallasch- Hall



Bloco de Esquerda

GRUPO MUNICIPAL DE LISBOA

## RECOMENDAÇÃO

Considerando que:

- 1 – A substituição das infra-estruturas de esgotos e a repavimentação da Rua Lopes é uma obra prioritária.
- 2 – A Assembleia de Freguesia de S. João e a Junta reivindicam esta obra desde 29 de Setembro de 1998, tendo sido aprovado nova recomendação à CML, na sua Assembleia Extraordinária de 4 / 05/ 2012 (com 4 votos a favor dos BE, PCP e PSD e 4 Abst. do PS).
- 3 – A obra em referência foi orçamentada pela CML para execução em 2012 e 2013.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na reunião de 26 de Junho, delibere:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa o início da obra da Rua Lopes no início do 2º semestre de 2012, a fim de poder ser aproveitado o mês de Agosto, por ser um mês de menor circulação automóvel em Lisboa, e logicamente nesta via.
2. Por se saber da complexidade deste tipo de obras, e dos grandes atrasos verificados em obras semelhantes, se assegure a continuidade da obra para que fique pronta até final do 1º trimestre de 2013.

Lisboa, 26 de Junho de 2012

Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

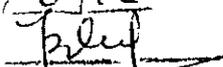


José Casimiro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

ENTRADA Nº 1472

EM 25, 6, 12

Funcionário, 

Bloco de Esquerda  
GRUPO MUNICIPAL DE LISBOA

**RECOMENDAÇÃO**  
**SOBRE A CONFERENCIA RIO+20**  
**E COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM LISBOA**

1. Considerando que Portugal tem compromissos internacionais a honrar no controlo das emissões de gases com efeito de estufa, no combate às alterações climáticas e na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável que decorrem da assinatura e subscrição de vários instrumentos jurídicos internacionais, entre tratados, convenções e acordos em matéria de política ambiental;
2. Vinte anos depois da Conferencia da ONU sobre "Ambiente e Desenvolvimento" em 1992, no Rio de Janeiro, nos passados dias 20 a 22 de Junho realizou-se na mesma cidade, a Conferência da ONU sobre "Desenvolvimento Sustentável", intitulada Rio+20, palco do 2º maior encontro internacional sobre ambiente, onde se esperavam compromissos políticos para a sustentabilidade;
3. Se o nome da Conferência em 2012 torna evidente a popularização e institucionalização do conceito de desenvolvimento sustentável iniciada em 1992, poucos anos após ter sido publicado o relatório de Brundland (1987), o seu conteúdo continua a ter um elevado grau de indefinição e a ser disputado por várias linhas de pensamento com diferentes propostas de saída para o desastre ambiental;
4. A sua definição original - garantir que as futuras gerações tenham a mesma capacidade para suprir as suas necessidades que as gerações atuais - , encerra dentro de si muitos caminhos divergentes;
5. Colocar no centro das soluções a "economia verde" é, em termos gerais, justo. Os problemas ambientais resultam do modo como se organiza a produção, a distribuição e o consumo e, transversalmente, se molda a cultura de sociedade e o modelo de desenvolvimento que a sustenta. Trata-se, portanto, de um problema de economia;
6. Que é necessária uma transição verde para integrar na economia os limites físicos do Planeta e evitar mudanças bruscas nos equilíbrios nos ecossistemas para garantir as nossas condições de sustento presentes e futuras;

Tendo ainda em conta que:

- a) Estava em discussão, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre as o Desenvolvimento Sustentável que decorreu no Rio de Janeiro, após o fracasso dos compromissos de Quioto e as insuficiências da Cimeira de Copenhaga, para além da

1473  
25 07 12  
Pleif

- implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável, os inerentes compromissos e metas de redução da emissão de gases com efeito de estufa;
- b) Considerando que a estratégia de conservação de energia e de consequente redução da emissão de gases com efeito de estufa, que é imperioso que seja prosseguida, terá importantes impactos positivos para todo o planeta na vertente ambiental, mas também para o nosso país, nas vertentes geo-estratégica (diminuição da nossa dependência face aos países e regiões fornecedores de petróleo e gás natural) e na vertente económico-financeira, nomeadamente no que respeita à nossa balança de pagamentos;
  - c) Considerando que o esforço que já é exigido a Portugal no controlo das emissões de gases com efeito de estufa - e o que desejavelmente deveria ter sido requerido após a conclusão do processo de negociação intergovernamental aquando da Cimeira de Copenhaga - deve ser assumido por todos (cidadãos, empresas e outras entidades sejam públicas ou privadas) e, nomeadamente, pela Câmara Municipal de Lisboa;
  - d) Considerando que à Câmara Municipal de Lisboa, como órgão político responsável pelo mais importante município do país, incumbe o desenvolvimento de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” e a preparação dos correspondentes Programas de Conservação de Energia que possam servir de modelo ou referência para outros municípios e outras entidades, públicas ou privadas, muito em especial as da cidade de Lisboa;
  - e) Considerando que o desenvolvimento e implementação dos referidos Programas de Conservação de Energia, com a consagração de metas e a referência a medidas concretas, devem conduzir a reduções significativas das facturas energéticas pagas pelo Município;
  - f) Tendo em conta a “Matriz Energética de Lisboa” elaborada pela Lisboa E-Nova – Agência Municipal de Energia e Ambiente e as experiências e actividades desenvolvidas, nos últimos anos, no município de Lisboa.

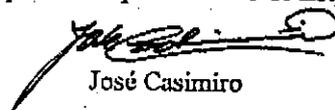
**O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 26 de Junho de 2012, decida recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:**

- 1. No quadro de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” prepare Programas de Conservação de Energia, que contemplem a calendarização plurianual da sua implementação. Tais programas deverão compreender uma primeira vertente que vise a conservação energética nos edifícios e instalações camarárias e uma segunda vertente que contemple as competências legais do Município, designadamente nos domínios do ordenamento do território e da mobilidade e do licenciamento de novas**

construções ou de reabilitação de edificado já existente.

2. Com base em auditorias energéticas (efectuadas ou a efectuar) a todos os seus edifícios e instalações, elabore e implemente Programas de Conservação de Energia, que nomeadamente e no que respeita ao património edificado municipal, visem a sua requalificação e contribuam para a melhoria da gestão térmica dos edifícios, contribuindo para a redução do desperdício energético em aquecimento, arrefecimento e iluminação, bem como fomentem a instalação de fontes de energia renovável em edifícios sempre que tecnicamente possível.
3. Os programas de requalificação dos bairros municipais e de bairros degradados passem a contemplar a temática da conservação de energia, bem como analisem a possibilidade de instalação de fontes de energia renovável.
4. Seja dada continuidade e ampliado o âmbito territorial do processo de reconversão dos esquemas de iluminação e semaforização públicas, substituindo as luminárias por elementos de baixa intensidade LED ou outras e procurando adoptar fontes de energia renovável solar tanto para candeeiros na via pública como semáforos.
5. Adopte medidas para uma progressiva reconversão da frota automóvel municipal, optando por veículos híbridos e/ou pelo recurso a fontes de energia não poluentes.
6. Adopte políticas de ordenamento do território e modelos de mobilidade que, entre outros aspectos, visem a conservação energética ao nível do sistema de transportes, privilegiem o transporte público, assim como o andar a pé e de bicicleta e criem alternativas eficientes de transporte público ao transporte individual.
7. Sejam publicitados no sítio do Município, e à medida que forem sendo elaborados, os diversos Programas de Conservação de Energia. E que seja também publicitada, com periodicidade mínima trimestral, informação sobre os resultados obtidos com a sua implementação, nomeadamente no que respeita aos consumos energéticos e às respectivas facturas pagas pelo Município.

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



José Casimiro

## RECOMENDAÇÃO

### SOBRE OS ACESSOS À ESCOLA RAUL LINO

A Escola Raul Lino está situada na Calçada da Tapada e foi construída no primeiro quartel do século XX, num gaveto dos terrenos do Instituto Superior de Agronomia. O edifício principal tem frescos de Raul Lino, pintados nas suas paredes, merecendo por isso especial protecção por parte do IPPAR.

Acontece que o crescimento da circulação automóvel na Calçada da Tapada tem vindo a trazer problemas a todos os elementos da comunidade escolar.

Fruto da mobilização geral e da Associação de Pais da Escola, em particular, foi possível que em meados dos anos 90 do passado século, fosse melhorada a sinalização horizontal e vertical e já neste século, que fossem introduzidos sinais luminosos.

Tudo isto em defesa da melhoria das condições de segurança de todos e, muito em particular, dos alunos que frequentam este estabelecimento de ensino.

É de recordar que já várias pessoas foram atropeladas e muitas mais estiveram próximos de o serem, por incumprimento deliberado dos sinais ou por mera distração dos condutores.

A Calçada da Tapada tornou-se numa via essencial de circulação e de escoamento de trânsito. Nas horas de entrada e saída da escola, é particularmente visível a perturbação, criando-se longas filas de automóveis e de transportes públicos que aí circulam, para além do aumento substancial do perigo que decorre da impaciência e da pressa de alguns automobilistas.

Face a isto, parece indispensável que se avaliem soluções alternativas que possam responder a estes dois problemas e que poderiam passar por: a entrada e saída dos alunos poder passar a ser feita pelo portão do Instituto Superior de Agronomia, situado na Rua Vicira da Natividade, abrindo-se uma porta no muro lateral da Escola Raul Lino e construindo uma rampa de acesso ao seu interior. Porém, para além da abertura desse acesso e da construção da rampa, será necessário limpar o terreno em questão.

É de salientar que o pedaço de terreno em apreço tem espaço suficiente para que se possa criar as condições para a circulação automóvel, libertando também a Calçada da Tapada desta perturbação do trânsito, dado que apesar de existir espaço reservado a 2 carros, devidamente sinalizado no lado do lado contrário da estrada, a verdade é que se encontra praticamente sempre ocupado, obrigando a que a tomada e largada de alunos se realizem geralmente em plena Calçada da Tapada, contribuindo desta forma para o agravar do entupimento do trânsito.

A Associação de Pais da Escola bem como a Senhora Presidente do Agrupamento de Escolas desejam que se encontre resposta ao problema de acesso à Escola Raul Lino e apoiam esta alternativa.

Porquanto é importante o acordo da comunidade escolar e do Município, será sobretudo determinante também o acordo do Instituto Superior de Agronomia, entidade detentora dos terrenos. O diálogo entre

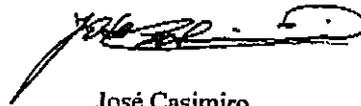
estas entidades e a defesa do interesse publico devem presidir a imprescindível a adopção de uma solução com estas características que resolva, de uma vez por todas, este problema.

**Assim a Assembleia de Municipal de Lisboa, reunida em 26 de Junho de 2012 , por proposta do Bloco de Esquerda, decide recomendar:**

À CML que avalie a concretização de uma solução que permita resolver os problemas dos acessos a Escola Raul Lino, devendo encetar contactos com todas as entidades que possam contribuir para encontrar uma solução, nomeadamente o ISA, a fim de se encontrar a melhor solução que sirva os interesses dos alunos, das famílias, dos profissionais de educação e ainda de toda a comunidade.

Lisboa, 26 de Junho de 2012

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



José Casimiro